

Presidente nega ter cobrado apoio do PMDB

Ele evita crise com o partido mas levanta todos os cargos ocupados por indicação peemedebista

Const 87

Postura do Planalto anima PFL

Os líderes do PFL estão convencidos de que o presidente José Sarney detém, hoje, o comando político e de que não há a menor possibilidade de o PMDB tentar reduzir seu mandato ou modificar o regime de governo. Por esse motivo o PMDB concordou em mudar o § 7º do artigo 57 do Regimento Interno, que permitia a mudança da Constituição pela maioria absoluta.

A frase do presidente José Sarney de que não tem vocação para Kerensky — chefe do Governo provisório russo deposto por Lênin — foi, para líderes do PFL, uma indicação clara de que não abandonará o comando. A segunda parte da frase — “não tenho proposta para ditador” — demonstraria que o presidente Sarney prefere a conciliação e a preservação da Aliança Democrática.

EQUILIBRIO

Apesar de se considerar seguro da vitória, caso o PMDB tente novamente aprovar o § 7º, o PFL tem uma fórmula para o entendimento, sem que haja demérito para qualquer dos partidos que compõe a Aliança Democrática. Seria aproveitada parte da emenda do deputado Maurício Ferreira Lima (PE), dos “xilitas” (os radicais) do PMDB, e uma frase do líder José Lourenço (PFL-BA). A redação final, que terá de ser aprovada pelo Presidente Ulysses Guimarães, ficaria nos seguintes termos.

“Projetos de decisão destinam-se a salvaguardar a Assembleia Nacional de fatos que possam ameaçar os trabalhos e suas decisões e impedir seu funcionamento, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário em dois turnos de discussão e votação e por maioria absoluta, a decisão final”.

A mudança do texto será para evitar que, sob a genérica classificação de “matéria de relevância”, possa ser alterado o período de duração do mandato do presidente Sarney ou modificado o regime.

EUFORIA

A decisão do presidente da República de passar a exercer o comando político dita claramente ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, no último sábado, no Sítio do Pericumbá, deixou os líderes do PFL eufóricos. Eles acenavam que o PMDB jogou errado ao confundir o temperamento conciliador do presidente da República com hesitação.

— Ao contrário do que era esperado, a economia está apresentando resultados espetaculares neste mês. A inflação, prevista para 20 por cento ficará inferior a 14%. A FIESP acaba de informar que está aumentando o número de empregos. A suspensão do pagamento de juros está sendo compreendida pelos países estrangeiros e o Brasil, apesar da hostilidade dos Estados Unidos e da Inglaterra, começa a encontrar apoio em outros países, como está acontecendo com a França e a Itália.

Tudo esse quadro se refletirá, logicamente, na Assembleia Constituinte, fortalecendo o presidente da República, que está disposto a governar com os que o apóiam. Em consequência de todos esses fatos, os líderes do PFL estão convencidos de que os “xilitas” do PMDB estão batendo em retirada.



José Lourenço

“Prefiro colocar a conversa com Ulysses Guimarães nos termos em que ele definiu. Foi uma conversa de namorados”. Assim, o presidente José Sarney desautorizou, ontem, o relato do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, sobre seu encontro com o presidente do PMDB, no sábado passado, num almoço em seu sítio São José do Pericumbá, a 35 km de Brasília. A declaração de Sarney foi feita a repórteres que o aguardavam à saída do sítio, quando ele retornava ao Palácio da Alvorada.

A versão de José Lourenço sobre o almoço do Presidente com Ulysses foi de que Sarney havia cobrado o apoio do PMDB ao seu Governo e até ameaçado agir contra a esquerda do PMDB, por considerá-la oposição. “A caneta agora vai funcionar. O governo demitirá os representantes dos políticos que lhe fizerem oposição, como acontece em qualquer regime democrático”, advertiu Lourenço, na terça-feira passada, interpretando o aviso de Sarney a Ulysses.

CARNAVAL X BAUDELAIRE

Durante a rápida entrevista em seu sítio, Sarney

falou sobre seu carnaval, que passou lendo poesias de Baudelaire nos intervalos das leituras de duas pastas de despachos que levou para o Pericumbá. Ele confirmou, ainda, que aproveitou este período para examinar a análise que lhe foi entregue pelo ministro do Planejamento, João Sayad, sobre as medidas estratégicas de correção da economia. Segundo Sarney, a aprovação do documento de Sayad “vai depender do consenso da área econômica”.

O Presidente informou que recebeu, ontem, (4), ligação do ministro da Fazenda, Dilsen Funaro — que se encontra em Zurique, Suíça — relatando as negociações que vem procedendo com os credores externos. Ele adiantou que, de acordo com o relato do ministro, está afastada a possibilidade de repescagem dos países credores, pois eles estão assimilando bem a decisão do governo brasileiro de suspender o pagamento dos juros da dívida (parcial). Na opinião de Sarney, a missão de Funaro foi bem sucedida.

ESTRATEGIA

Apesar das declarações de Sarney, esvaziando a versão de que o Governo

desencadearia uma reação à falta de apoio de parte do PMDB, um assessor do próprio Presidente revelou: O Governo está fazendo um levantamento para quantificar e identificar as nomeações feitas pelo PMDB. Ele não confirma que o Presidente tenha se decidido a “cortar as cabeças” dos ocupantes de cargos indicados por peemedebistas que vêm se negando a dar apoio ao Governo, mesmo participando dele. Mas assegura que o Governo não vai permitir que muitos parlamentares do PMDB continuem “mandando” no Governo sem dar apoio em contrapartida. “Até porque este jogo tem duas mãos”, explicou o assessor.

No balanço deste auxílio do Presidente, um levantamento preliminar realizado pelo Gabinete Civil da Presidência comprova que durante o Governo Sarney o PFL tem dado quase sempre apoio ao Governo. Já o PMDB só por dois momentos apoiou, explicitamente, o Presidente: na decretação do Plano Cruzado I, do qual foi o maior beneficiário, e, recentemente, quando o Governo decretou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa junto aos bancos privados.

FOTOS: ARQUIVO



Sarney desmente atritos. Garante ter sido uma conversa de namorados o encontro com Ulysses Guimarães sábado



Sant'Anna: O momento exige calma

“A transição política tem seu ritmo. O processo era Tancredo. O destino, Sarney. Apesar da pressão de alguns, não podemos alterar esse ritmo em função de nossos líderes que ficaram velhos. E preciso dar consolidação política ao presidente José Sarney, que tem a titularidade da transição”.

A declaração foi feita ontem pelo líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, para quem o PMDB não está deixando o Governo desamparado nem lhe negando sustentação. Na sua análise, o PMDB ainda vive o calor adolescente das campanhas e resiste aos indicadores que lhe exigem o amadurecimento rápido. De acordo com ele, nesse quadro de transição o ponto mais importante continua a ser a união do presidente Sarney com Ulysses Guimarães.

Lembrando ainda o deputado que o ritmo da transição passa pelo presidente Sarney e tentar acelerar os fatos pode desestabilizá-lo, o que corresponderia a jogar água abaixo o esforço feito para a instalação da Nova República.

Sant'Anna assegura que o Governo tem nítida compreensão desse quadro de dificuldades e, embora se ressinta de apoio, por vezes, e dentro do PMDB, não se inclina a trocar hostilidades com o partido. Ao contrário, prefere investir na união de todos, pois com isso poderá mais facilmente conquistar a estabilidade política naturalmente difícil dentro da crise atual.

O presidente Sarney, segundo seu líder na Câmara, só tem falado em termos de acordo, entendimento, negociação, na busca de unir o PMDB. Além dos dirigentes do partido, conta com Sant'Anna para promover esse trabalho, pois dele depende a estabilidade da transição.

Para o Governo, que, lembrou Sant'Anna, tem sido o alvo preferido dos discursos do horário de pinga-fogo na Câmara, não conviria realmente interferir na Constituinte. Contudo, não há outra saída, quando as ações, medidas e soluções do Executivo são o alvo principal dos discursos. Então, cobrar distância seria, no mínimo, utópico.

Desse modo, a estratégia será buscar formas de negociações e acordo onde prevaleçam sempre os postulados de formação da Nova República, a união do PMDB e a consolidação do apoio ao Presidente Sarney. Nesse quadro, arre-mata Carlos Sant'Anna, não existe clima para emoções nem retaliações, mas é necessário segurança, firmeza e cabeça fria, como acha que vem predominando na análise dos acontecimentos relacionados a ao distanciamento do PMDB na sustentação do Governo.



Carlos Sant'Anna

Um aliado nem sempre leal

O presidente José Sarney resolveu investir pessoalmente na união do PMDB e, para tanto, apelou ao presidente do partido que se empenhasse nesse objetivo, durante o encontro que teve sábado, com o deputado Ulysses Guimarães no sítio de São José do Pericumbá. O primeiro resultado da iniciativa presidencial foi uma reunião no domingo entre o líder do PMDB, Luiz Henrique, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e Ulysses Guimarães, no gabinete da presidência da Câmara.

Eles conversaram longamente a respeito do entrosamento do PMDB, sob a inspiração de uma recomendação do presidente Ulysses Guimarães, no sentido de que era preciso evitar as desinteligências entre os líderes, de modo a passar um clima de entendimento e a bancada e que seria repassado também à opinião pública.

Ulysses pregou ainda que, dos episódios envolvendo a primeira tentativa de votação do regimento, os líderes Luiz Henrique e Carlos Sant'Anna tirassem pontos de união, porque “era preciso caminhar juntos”. Tanto assim que o presidente do PMDB de imediato restabeleceu o tratamento amigável e cordial que destinava ao atual líder do Governo e que fora deixado de lado quando, sem muitas palavras, desatendeu o pedido de adiamento da votação do regimento, primeiro numa conversa reservada e, depois, em plenário. E não se esforçou para lhe assegurar a palavra no encaminhamento da votação do regimento na semana passada. Quanto a Luiz Henrique parece destinar momentos de cobrança no sentido de acer-

tar o compasso com as demais lideranças, evitando atritos.

Essa tentativa de união do PMDB cresceu também em função da constatação de que o PFL tem investido tudo para criar uma imagem de desentrosamento geral do partido majoritário da Aliança não só entre si como também em relação ao Governo.

Por outro lado, um encontro mantido segunda-feira de carnaval com seu líder na Câmara, o presidente José Sarney reiterou sua confiança no trabalho que Sant'Anna vem fazendo para unir o PMDB e combater aqueles que tentam desestabilizar o Governo. “Agente firme” recomendou Sarney a Sant'Anna, que não vê maiores dificuldades em superar as hostilidades desde que não seja envolvido com intrigas e mentiras.

Ulysses e Sant'Anna buscam união

As relações entre José Sarney e o PMDB têm sido tempestuosas. Desde que rompeu com o PDS, em junho de 84, para integrar a Frente Liberal, Sarney sempre foi visto com reservas por sua origem pedesista e enfrentou várias crises de relacionamento no partido em que ingressou para selar a Aliança Democrática e ser o vice de Tancredo Neves.

Ao longo desses dois anos e meio de convivência política, o Presidente se ressentiu da falta de apoio do PMDB em várias ocasiões. Reclamou com amigos e dirigentes do PFL que o partido de Ulysses Guimarães foi solidário nos momentos de euforia e sucesso do Governo e lhe virou as costas sempre que esteve com problemas ou em dificuldades.

Sarney e o PMDB tiveram relações tranquilas e distantes durante a enfermidade de Tancredo Neves e logo após sua morte. Em agosto de 85, o Presidente marcaria pontos junto ao PMDB, quando trocou Francisco Dornelles (criticado e chamado de Velha República pelo setor mais progressista do partido) por Dilsen Funaro, que chegou ao Ministério da Fazenda com uma equipe de economistas considerados de esquerda e do PMDB; mas a calma durou pouco porque a persistência dos índices inflacionários e a indefinição política do regime ensejariam novas críticas dos peemedebistas ao Presidente.

Em janeiro e fevereiro de 86, às vésperas do Plano Cruzado, o PMDB estava novamente à beira do rompimento com o Palácio do Planalto. Retomando o tom crítico que já havia adotado quando Francisco Dornelles tentou manter congeladas as tabelas do Imposto de Renda na fonte, 30 dias antes de sua queda, o partido abriu suas baterias contra a reforma ministerial realizada pelo presidente Sarney.

Na primeira reunião ministerial após a mudança na equipe, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, não compareceu, manifestando o desagrado de sua bancada com os nomes escolhidos para o Ministério. Dias depois, em São Paulo, o então líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, bateu firme: “O PMDB torce para que o Presidente faça um bom governo mas não participará dele”. Na

mesma linha, Pimenta da Veiga fustigou: “O PMDB não é governo, mas coligado do Governo. Deve ser consultado e pode apoiar ou não as medidas propostas pelo Governo”.

Sarney estava acuado. O PMDB queria eleger um líder desvinculado do Governo. O PMDB gaúcho fazia reuniões para decidir seu comportamento frente ao presidente Sarney e sua ala progressista defendia o rompimento. O descontentamento com a partilha dos cargos na reforma ministerial havia gerado uma crise maior que a indefinição econômica sob uma inflação mensal de 15%.

Foi nesse clima de desgastamento que o Governo lançou o Plano Cruzado, recebido inicialmente com reservas pelo PMDB, que não saiu em defesa do congelamento de preços e da estabilização financeira quando o governador do Rio, Leonel Brizola, centrou suas críticas no fato de o plano congelar também os salários. Somente quando constataram a adesão popular ao congelamento, o surgimento dos fiscais do Sarney e o despertar da cidadania, os peemedebistas aderiram ao Cruzado e ao Governo, que havia acabado de implantá-lo.

A adesão do PMDB cresceu na proporção dos índices de popularidade do Presidente. O partido assumiu a nova ordem econômica, exigiu do Governo a manutenção do congelamento de preços, usou a medida como bandeira eleitoral e salu das eleições de 15 de novembro com uma bancada de 303 constituintes e com 22 governadores estaduais. Cresceram ainda, graças ao Cruzado, as expectativas quanto à duração do mandato do presidente Sarney; em janeiro de 86, o máximo que se admitia eram 4 anos; em outubro, nas praças públicas, só se falava em seis anos.

Passada a eleição, o Governo iniciou os ajustes da economia. Ulysses Guimarães apoiou as medidas corretivas do Cruzado II e quase foi atropelado pelos governadores peemedebistas que com elas não concordaram. O recrudescimento inflacionário foi acompanhado por reivindicações dos vitoriosos do PMDB de maior espaço no Governo. Sarney volta a ficar sob o fogo cruzado do partido.

Ulysses sai candidato à presidência da Câmara e

da Constituinte com apoio do Palácio do Planalto e do PFL. Na discussão do regimento interno da Constituinte, 20 dias depois, o presidente Sarney volta a ser alertado pelo PFL de que o PMDB arquiteta, no regimento da Constituinte, um golpe contra seus poderes. Inspirados nos princípios da Constituinte soberana e absoluta, Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga e o novo líder peemedebista Luiz Henrique dão respaldo às teses da esquerda peemedebista para que a Assembleia possa modificar, por maioria absoluta de votos, dispositivos da Constituição em vigor.

Sem consultas ao Presidente, o PMDB tenta aprovar o regimento que abre caminho para a soberania da Constituinte pela redução dos poderes do Executivo. Sarney é alertado pelo PFL de que a fixação de seu mandato, a manutenção do estado de emergência, assim como as atribuições de presidente da República estão sujeitas à vontade do PMDB, cujos 303 representantes são maioria folgada na Assembleia.

Em meio a essa tentativa de golpe, outro fato contribui para aumentar a desconfiança do presidente Sarney: a hostilidade declarada de Ulysses Guimarães e dos líderes Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso em relação ao deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), indicado pelo Palácio para líder do Governo na Câmara, por exemplo.

Finalmente, o presidente Sarney resolve declarar a moratória para os gastos da dívida externa, atendendo um antigo reclamo dos peemedebistas e reconhecendo a difícil situação econômica do País. Sintomaticamente, o PMDB se cala. Nenhum líder vai à tribuna para defender a decisão do presidente Sarney. Para o PMDB, foi como se nada tivesse acontecido. Ninguém criticou o Governo, é verdade. Mas ninguém tampouco o elogiou.

E assim o Governo chega às vésperas de uma nova reforma ministerial apoiada no PFL, cujas bancadas desde novembro vêm discutindo um iminente e nunca concretizado rompimento com o presidente Sarney e no mesmo clima de desconfiança que, desde a formação da Aliança Democrática, vem marcando suas relações com o PMDB.

Impasse não leva a nada, diz senador

São Paulo — Conforme observou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDBSP), que durante o carnaval esteve se recuperando de uma pequena cirurgia nos olhos, em seu sítio de Itituna, “o impasse a ferro e fogo que se instalou no seio da Aliança Democrática não leva a nada”, porque as forças que a compõem são equivalentes e agora só resta uma saída: negociar a fim de evitar “a tempestade em um copo d’água que está ocorrendo”.

Na visão do senador Fernando Henrique Cardoso, a dissolução dessa crise entre o presidente José Sarney e o líder constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, “não poderá sair de uma imposição conservadora nem de uma irritação progressista”, mas de uma negociação madura em que as concessões recíprocas deverão ocorrer inevitavelmente.

Na próxima segunda-feira, os senadores deverão se reunir em Brasília para mais uma rodada de discussões em torno dos arre-mates para ser votado o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte — adiantando que “por uma questão de bom senso” o Senado não deve intervir nos trabalhos constitucionais e vice-versa.

Tudo separa o Congresso do Executivo

O funcionamento ou não da Câmara dos Deputados e Senado Federal abriu uma nova área de confronto entre os interesses do presidente José Sarney, aos quais se alia o PFL, e a causa patrocinada pelo presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, de colocar em recesso branco as duas casas do Congresso, o que significa alterar o atual texto constitucional.

A ofensiva do Palácio do Planalto pela manutenção da Constituição vigente tem se articulado via Gabinete Civil, através do ministro Marco Maciel.

Uma versão para evitar atritos

SÉRGIO CHACON
Editor de Política

Ao desmentir que tenha dado “uma dura” no deputado Ulysses Guimarães no último sábado, o presidente Sarney buscou evitar o aprofundamento da crise latente entre o seu governo e o partido que deveria lhe dar sustentação, o PMDB. As relações entre os dois estão em ponto crítico e não interessa ao presidente romper politicamente com o homem forte da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Mas o presidente está realmente magoado com o comportamento de Ulysses e seu partido que, ignorando o seu papel de fiel da balança da transição democrática, vem decidindo todos os pontos polêmicos da Constituinte sem consultá-lo. Sarney não quer interferir na Constituinte mas não aceita receber apenas pratos-feltos do Legislativo. Como consulta o partido sobre as medidas tomadas pelo seu governo,

espera ser ouvido sobre as questões da Constituinte.

Da mágoa ao rompimento formal com o PMDB vai uma grande distância. Político experiente, Sarney sabe que depende do apoio peemedebista para completar a transição política e quer mantê-lo a partir do deputado Ulysses Guimarães. A articulação de um bloco governista, através do líder Carlos Sant'Anna, seria uma trava de segurança, da qual o Palácio só lançaria mão em último caso.

Se dependesse dos líderes do PFL, encimados com as atenções e os cargos dispensados ao PMDB na partilha do poder, o presidente já teria rompido com Ulysses Guimarães. Mas Sarney não ouve apenas o PFL, sempre submisso e prestativo. Se ouvisse, seus dias na presidência já estariam contados. Ou, o que é pior, encerrados.